

Virus in motion: notas sobre turismo mochileiro em tempos de pandemia

Igor Monteiro Silva (UNILAB)¹

Mobilidade e Covid-19

A experiência social contemporânea, dentre suas marcas, apresenta a da intensa mobilidade como um de seus fundamentais elementos estruturantes. Um breve olhar para as cenas cotidianas dos mais diversos locais, portanto, parece ser capaz de indicar um mundo forjado pelo fluxo contínuo não apenas de sujeitos plurais, mas igualmente de variados objetos. Pessoas em busca de asilo político ou sob deslocamentos diaspóricos, homens de negócio, estrelas do esporte ou das artes, estudantes internacionais, membros das forças armadas, migrantes e turistas, bem como armas, marcas, alimentos, medicações, dispositivos tecnológicos, informações, ideologias e doenças, estão em constante trânsito, exemplificando uma espécie de “avizinhamento” de partes antes mais distanciadas do globo.

Importante destacar, no entanto, é o desafio que se impõe no intuito de pensar tais fluxos de coisas e pessoas para além da simples admissão do movimento. Como assinala Cresswell (2006), o *agora* é constituído por um complexo emaranhado de movimento, imaginários sociais e experiências, devendo, assim, ser considerada a dimensão política da mobilidade em qualquer esforço de análise social. E é, justamente, desse sentido que o presente *paper* busca partilhar ao lançar-se, ainda bastante inicialmente, para o terreno de encontro entre os estudos turísticos e as ciências sociais, mais especificamente ocupando-se por refletir sobre alguns dos efeitos da pandemia do COVID-19 entre viajantes (auto)denominados de mochileiros ou *backpackers*.

Escusado dizer que a pandemia – ainda em curso, não obstante alguma cruel retórica *negacionista* – instaura-se como um dos eventos mais catastróficos do mundo atual ao ceifar milhares de vidas, acirrar tensionamentos políticos e desestabilizar uma multiplicidade de economias, atuando sempre em regime global, em escala planetária. Com a reconfiguração das lógicas de fronteira, físicas e simbólicas, robustas expressões

¹*Paper* apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT07 - Ciências Sociais, turismo e territórios: desafios, limites e possibilidades.

de violência tomaram corpo em um sem-número de lugares, dando vazão a discursos e práticas de xenofobia e racismo, consolidando, inclusive, disposições necropolíticas (MBEMBE, 2019) por parte de alguns Estados. Como produções sociais, as mobilidades turísticas igualmente sentiram tais efeitos, acenando para a necessidade de serem pensadas na ultrapassagem de seus danos econômicos, do mero reconhecimento de que “chegadas e partidas” escassearam, interrompendo os índices de crescimento histórico da referida “indústria”.

Assim, o exercício reflexivo aqui proposto, em muito, é tributário de um diálogo com o “paradigma das novas mobilidades” (SHELLER & URRY, 2006) em que as viagens configuram possibilidades de tratamento não apenas do movimento de um ponto A para um B, mas de posicionamento central de temáticas tais como desigualdade, poder e hierarquias, assim como territórios, fronteiras e escalas, para compreensão deste mundo em permanente trânsito. Soma-se ao exposto, uma preocupação em pensar as relações entre as práticas de mobilidade e as experiências de imobilidade que sustentam estes próprios regimes de circulação. Há, portanto, uma “política de significado” da mobilidade, também tendo Cresswell (2006) como interlocutor, que se impõe aqui como desafio a ser enfrentado compreensivamente.

Em termos mais empíricos, são as mobilidades mochileiras que serão tratadas neste *paper* mais privilegiadamente, uma vez que o universo discursivo “ideal” que as envolve é, justamente, defendido como sendo oposto ao das práticas racistas e de xenofobia. Ou seja, em linhas gerais, os deslocamentos dos mochileiros são marcados por uma abertura à diferença, reconhecendo-a também como dinamismo de aprendizado: seja ele convertido em capital cultural ou dispositivo de mudança pessoal, operando como parte de uma espécie de rito de passagem (MONTEIRO SILVA, 2018).

Tais empreendimentos viáticos, buscando situar-se na contramão das práticas mais institucionalizadas de turismo, tem o *contato* – entre demais viajantes e entre estes e as comunidades visitadas, sobretudo – como um de seus principais fundamentos, apresentando-se como uma experiência completamente desestabilizada e, por vezes, impedida de realizar-se diante da necessidade dos distanciamentos e isolamentos sociais instituídos, em diversas localidades, como medida de combate ao COVID-19. Essa desestabilização, importante indicar, promove uma série de tensionamentos

(especialmente se considerarmos as vivências de sujeitos já em trânsito durante a pandemia) relevantes também para as análises aqui propostas.

Entre os anos de 2011 e 2015, no contexto de um doutorado em sociologia, desenvolvi uma pesquisa de inspiração etnográfica sobre viagens “independentes” de longa duração, estabelecendo íntima interlocução com um significativo número de sujeitos que estavam em trânsito, com suas mochilas, já por diversos meses ou alguns anos. As informações que balizam este *paper* derivam, em grande parte, da retomada de contatos com tais viajantes, muitos empreendendo novos deslocamentos ou mesmo dando continuidade aqueles nos quais os conheci, inclusive sendo impactados em seus percursos pelos efeitos da pandemia. Outro relevante *corpus* de informações está em construção a partir de minha presença em plataformas digitais e redes sociais que tem o turismo mochileiro como uma de suas fulcrais temáticas de trabalho e discussão, a saber: *Couchsurfing*; *Matadornetwork*; *Mochileiros.com* e; *Thorn Tree – Lonely Planet*².

Mobilidades turísticas: “definindo” a experiência mochileira

Nas últimas duas décadas, as viagens “independentes” vêm crescendo em popularidade, desmobilizando, inclusive, um imaginário moral que a desqualificava por ser uma atividade empreendida, unicamente, por hippies ou por outros “desenraizados” (O'REILY, 2006). O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transporte, bem como o barateamento das passagens aéreas, contribuiu para o consumo ampliado desse tipo de viagem que, para alguns analistas, até mesmo, apresenta-se como uma espécie de rito de passagem (NOY; COHEN, 2005) ou oportunidade para aquisição de outras modulações de capital, aproveitadas – no limite – no regresso dos viajantes ao assumirem suas carreiras profissionais (TSAUR; YEN; CHEN, 2010).

Desse modo, aqueles que empreendem viagens “independentes” de longa duração – conhecidos como *backpackers*, notadamente, pela indústria turística internacional e como mochileiros, no Brasil – podem ser caracterizados, primeiramente, em relação à qualidade não institucionalizada de sua prática (COHEN, 1972). Eles assumem a organização “independente” de sua viagem, evitando, portanto, a compra de “pacotes turísticos” ou a mediação das agências turísticas. Ao configurar “independentemente”

²Ver, respectivamente: <https://www.couchsurfing.com/>; <https://matadornetwork.com/>; <https://www.mochileiros.com/>; <https://www.lonelyplanet.com/thorntree/welcome>.

seus deslocamentos, procuram mobilizar valores como autonomia e flexibilidade, o que os permite, inclusive, trocar itinerários, desfazer planos, reformular horários etc.

Tais níveis baixos de planejamento antecipado (O'REILY, 2006), igualmente, possibilitam a extensão de sua permanência em uma dada localidade, o que pode ser motivada pelos encontros vividos em sua trajetória. Ou seja, certa abertura para a casualidade, para as relações que possam vir a ser construídas, mesmo que de forma efêmera, na viagem, também, é tomada como uma espécie de valor estruturante da prática. A natureza desses contatos, é importante destacar, não se faz unicamente em relação a outros viajantes, demais indivíduos em trânsito, mas também no que se refere às tentativas de vivenciar um pouco das rotinas dos lugares que se visita, engajando-se nas atividades cotidianas locais (PEARCE, 1990).

Ensaio aqui uma tentativa preliminar para definir tal prática de viagem, por fim, deve-se mencionar o fato de que o tipo de deslocamento em questão tende a ser contabilizado em meses, às vezes em anos, e não em dias, o que caracterizaria possivelmente um deslocamento restrito aos períodos de férias ou feriados alongados. Se há uma tentativa de estabelecer um contato maior com os locais visitados ou experimentar um período de alegado autodesenvolvimento, de aquisição de novas habilidades (ATELJEVIC; DOORNE, 2004), a estadia reduzida seria talvez um óbice para tal forma de viajar. No entanto, a permanência na estrada por tempos alargados (uma permanência de “longa duração”), impele – pelo menos um considerável número de viajantes – a adotar algumas restrições orçamentárias; nesse sentido, é que albergues (*hostels*), *campings* ou “casas de conhecidos”, apresentam-se como espaços de acomodação privilegiados, bem como a utilização de transportes públicos e/ou de baixo custo (como ônibus, trens e até caronas).

Embora as características elencadas possam ser tomadas enquanto constituintes de uma categoria, vale frisar que não se deve admitir um *a priori*, uma noção substancialista, normativa, de viagem “independente” de longa duração.

Mochilando em tempos de pandemia: dilemas éticos, relações de conflito e troca

O decreto da Organização Mundial de Saúde (OMS), de março de 2020, informando que a COVID-19 (SARS-CoV-2) se consolidava enquanto pandemia, exigiu

posicionamentos de todo mundo no sentido de combate ao citado vírus. Com uma taxa de mortalidade altíssima e uma capacidade de transmissão também bastante potente, a doença ainda desafia o globo, a partir de suas novas “ondas” de contaminação, de modo muito dramático. Uma das ações mais concretas em termos de evitação de sua propagação, podendo ser nota em uma vasta extensão territorial, foi a suspensão dos deslocamentos que não eram imprescindíveis e o recrudescimento de fronteiras tanto entre países quanto no que diz respeito a cidades e povoados.

Sob esse contexto de suspensão, sujeitos que estavam de “malas prontas” foram impelidos a desmarcar ou remarcar suas viagens, compreendendo nesse processo de impossibilidade de deslocamento um conjunto de prejuízos no que tange ao turismo como atividade econômica em sua acepção mais ampla: eventos comerciais e de entretenimento, bares e restaurantes, alugueis de transporte e redes de hospedagem foram diretamente atingidos pelo presente cenário de crise. E muito embora haja uma série de esforços, por parte de governos e órgãos internacionais, a concretização de uma abertura da atividade permanece sob suspeita por conta dos índices de reincidência de contaminação que alguns países – como Itália, França e Espanha – já experimentam nas últimas semanas.

Contudo, para além desses sujeitos que tiveram de adiar seus planos de viagem, existem aqueles que estavam em trânsito já à altura do decreto da pandemia, tendo seus deslocamentos ganhado contornos também bastante dramáticos nesse momento. Conversando com alguns mochileiros, junto com os desafios mais práticos do cotidiano, ergueram-se questões, por alguns, consideradas cruciais para o entendimento do denominado turismo *backpacker* como (não)ético (SPEED, 2008), bem como foram vivenciadas tensões entre estes e algumas comunidades locais que os hostilizavam, representando-os como responsáveis pela disseminação do vírus. Por outro lado, redes de solidariedade também puderam ser observadas em determinados espaços, envolvendo viajantes que estavam em regiões próximas que se reuniram para se apoiar mutuamente e, igualmente, atores locais, mobilizados a oferecer, principalmente, suporte de hospedagem e a alimentação aos primeiros.

Marc, mochileiro inglês que conheci quando desenvolvia a pesquisa para minha tese e com quem retomei contato nos últimos meses, explicitou em uma de nossas conversas o que entendia ser um profundo dilema para as viagens “independentes” dentro

desse cenário de pandemia: ele afirmava que “ser mochileiro, ser viajante, é diferente de ser turista” porque havia algo menos predatório ao centrar seus deslocamentos em uma relação mais íntima com as comunidades locais, participando de suas atividades, contribuindo para sua economia e não ficando refém de agências ou pacotes turísticos. Para ele, então, a dimensão do *contato* mais aproximado com os “anfitriões”, sujeitos do lugar, gerava preocupações e responsabilidades ainda maiores com a pandemia, sobretudo, quando se tratava de destinações com pouca infraestrutura de saúde, distantes de grandes centros que poderiam oferecer maiores cuidados a um possível habitante contaminado.

O fato, portanto, de estar em contato, estar em relação com pessoas do lugar visitado, vindo – o que é comum entre esse tipo de viajante – de longos períodos de trânsito, cruzando outros territórios onde se relacionava com outros tantos sujeitos, o tornava um legítimo agente de transmissão, um “risco de mochila”, em suas palavras, que “precisava voltar para casa tão logo fosse possível”. Nesse sentido, para o inglês, a frustração de voltar para casa quando ainda restariam meses de viagem não poderia ceder lugar ao dever ético frente às comunidades a se visitar. Por seus próprios recursos, com auxílios familiares ou mesmo por voos de repatriação, ainda de acordo com Marc, era preciso procurar meios de retornar à sua comunidade de origem e encerrar o trânsito, viajando unicamente “pelas memórias ou pelos escritos” por algum tempo.

Uma posição distinta da acima explicitada me foi apresentada por um viajante alemão, chamado Oliver, com quem só estreitei laços nas últimas semanas, embora o conhecesse desde os tempos em que residia em um *hostel* na cidade do Rio de Janeiro. Perguntado se a pandemia o endereçava alguma questão ética quanto a manutenção de suas viagens, o alemão – de modo bastante direto – me respondeu negativamente, ao passo em que completou: “Os viajantes estão dispostos a correrem riscos e são vários, se quiséssemos algo menos arriscado optaríamos por uma viagem de férias com guias e tudo mais”. Tal dimensão do *risco*, é bem sabido, configura também um expediente de sedução para o empreendimento de modalidades diversas de turismo, tais como o de aventura ou mesmo o do ecoturismo. Contudo, ao ser novamente perguntado sobre sua compreensão acerca de um *risco* que poderia o por sua própria vida em xeque, Oliver respondeu afirmando haver muito pânico e que isso não iria inibir seu “desejo de ver o mundo”.

Quando questionado sobre o impacto de sua presença nas comunidades visitadas, Oliver afirmou estar viajando, no momento, apenas por “grandes cidades”, tomando os “devidos cuidados”, mas sem “surtar”. E que estava, ainda, em constante monitoramento das fronteiras para que pudesse continuar sua jornada “como fosse possível”, mesmo considerando os fechamentos das mesmas e as mudanças dos planos iniciais: “Não me incomodo em ter de mudar algum itinerário, me incomodo em não ter a possibilidade de me mover”. Por fim, afirmou que havia passado bastante tempo “trabalhando naquilo que não gostava” para economizar dinheiro para seu périplo, enfatizando não estar disposto dele desistir.

Enquanto Marc, então, ocupava-se com preocupações de cunho ético, inclusive sustentando ter de lidar com suas frustrações para não prejudicar comunidades visitadas ou a se visitar, Oliver deixa transparecer uma disposição hedonista em suas falas, muito marcada por uma vontade de fruir as experiências do mundo, a despeito dos riscos, para si e para outros, que isso possa acarretar. Uma noção individualista de viagem, portanto, aqui se impõe no extremo oposto de um posicionamento alegadamente mais comprometido e mais responsável. Tais dilemas, é importante reportar, fazem com que “mochileiro” se torne efetivamente uma *categoria* que as manifestações práticas furtam às homogeneidades, interpelando seu ideário mais romântico ou revolucionário. E desse modo, considerando os tensionamentos no próprio campo de uma prática de viagem, começam a surgir mobilizações distintivas: sujeitos se denominando como viajantes (WEEK, 2012; O’REILLY, 2005), reivindicando-se como diferentes de mochileiros, agora muito mais alinhados ao *mainstream* que marcaria o turismo tido convencional, institucionalizado ou de massa (COHEN, 2003).

Associado às contradições e disputas mencionadas, o contexto da pandemia atual também vocalizou uma considerável soma de relação hostis entre viajantes e comunidades anfitriãs e entre viajantes e governos locais. Nos fóruns de discussão como o *Thorn Tree*, do famoso guia de viagens *Lonely Planet*, algumas narrativas de ofensas dirigidas aos turistas foram compartilhadas: elas consistiam em atribuições de responsabilidade pela transmissão do vírus que tomavam uma forma verbalizada (“voltem para casa, Coronas!”; “você não são bem-vindos aqui”), bem como ganhavam corpo nos olhares descritos como “ameaçadores” por parte das populações dos destinos e nas dificuldades impostas para se comprar comida e solicitar a extensão de períodos de

hospedagem. Alguns sujeitos, inclusive, indicavam enorme anseio diante da pressão que donos de estabelecimentos comerciais, sobretudo de acomodações, sofriam para que impedissem a manutenção das estadias dos viajantes.

Governos de países como a Austrália e Nova Zelândia, consagrados emissores e também receptores de *backpackers*, endureceram discursos no intuito de exigir que os mochileiros cumprissem os protocolos de saúde. Controle de períodos de “quarentena” para os recém-chegados, *blitz* em albergues, aplicação de multas, indicação de realização de isolamento social em fazendas de produção de frutas, situadas fora dos grandes centros, e até deportações foram algumas das ações mobilizadas por vários Estados. Habitantes das destinações turísticas, por seu turno, afirmavam que mochileiros não se interessavam pela saúde local, centrando-se na continuidade de aglomerações festivas, sem uso máscaras e sem qualquer respeito aos altos índices de mortalidade localizados em inúmeras regiões³.

A instauração de um registro de relações hostis entre viajantes e moradores das comunidades anfitriãs, como aponta uma significativa literatura (KOCK, JOSIASSEN & ASSAF, 2016), tem como um de seus principais efeitos a produção de ranhuras nas imagens das destinações turísticas. Como pontuado por Urry (2001), o olhar do turista é construído por uma conjunção de forças diversas, cujo resultado é a elaboração de uma imagem do local a ser consumido que se impõe como parâmetro para a satisfação daqueles que para ali viajam. A desestabilização da imagem de determinado lugar, portanto, afeta diretamente os processos de tomada de decisão dos turistas, suas escolhas, podendo minar suas possibilidades enquanto destino, o que ocorre quando repercutem acentuados conflitos políticos, práticas terroristas, desastres naturais e, como é o caso, doenças (ALVAREZ & CAMPO, 2014).

³Um conjunto interessante de reportagens acerca dos temas acima destacados pode ser encontrado nos seguintes endereços: <https://southeastasiabackpacker.com/corona-virus-southeast-asia/>; <https://www.dw.com/en/australia-asks-backpackers-to-leave-in-corona-induced-u-turn/a-53016943>; <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/10/brasileiros-temem-esquecimento-no-camboja-e-no-laos-apos-ficarem-de-fora-de-voo-de-repatriacao-na-asia.ghtml>

Admitido como uma importante valência econômica para múltiplos territórios, o turismo é interpelado, portanto, na medida em que não se sustenta pelo desencadeamento de severos conflitos, sendo este mais um desafio dos tempos hodiernos: reestabelecer uma prática sob novos contornos, envolvendo pactuações entre atores plurais. Esse é um chamado que parece subjazer às expressões de solidariedade que, igualmente, podem ser notadas frente aos impactos do Covid-19 em algumas destinações turísticas. A mobilização de redes coletivas de apoio, via *CouchSurfing*, surge como um exemplo interessante de se destacar: como uma plataforma de oferecimento de hospedagens gratuitas, onde a ideia de “partilhar o mundo” é viabilizada pela “partilha de um sofá”, como explicou um de seus usuários, ela faz/fez comunicação entre sujeitos que precisavam de acomodação urgente no referido contexto e anfitriões que tinham a possibilidade de os receber por tempo alargado, considerando a imprevisibilidade que caracteriza a pandemia.

Alguns desses relatos podem ser encontrados não apenas nos perfis dos usuários na citada plataforma, mas no próprio espaço do *Couchsurfing* em redes como o *Instagram*. As narrativas de viagem durante a pandemia, reconhecendo a experiência de acomodação proporcionada por habitantes locais por meio dos “sofás”, é sublinhada como algo da ordem do único, uma oportunidade de aquisição de outros olhares para o mundo. Se a viagem em si, no sentido alegado por vários mochileiros, é ferramenta de conhecimento, o dano causado pela COVID-19 também pôde tornar-se pavimento para mudanças de perspectivas, para mais extensos e intensos engajamentos com a *diferença*, para uma maior abertura à *alteridade*.

Novas (i)mobilidades mochileiras

Os deslocamentos mochileiros, como as demais expressões de mobilidades presentes no cotidiano, não se fazem apenas a partir de sua liquidez, de seu caráter fluido. É válido frisar, uma vez mais na interlocução com Sheller (2016), que as mobilidades são sempre localizadas, tributárias de processos de (re)territorializações conformados, por sua vez, a partir de rearranjos das materialidades dos lugares. Essa é uma outra contribuição bastante potente do “paradigma das novas mobilidades” (SHELLER & URRY, 2006): o oferecimento de uma lente analítica que não celebra apenas o movimento, mas ocupa-se das relações assimétricas que o produzem e dele são efeitos, bem como considera os

aspectos materiais necessários para a garantia do dinamismo tanto de pessoas quanto de objetos, ideias e informações.

No que diz respeito à mobilidade *backpacker*, no intuito de perseguir um entendimento mais alargado e encarnado das repercussões da pandemia em suas práticas e significados, seria um grande equívoco não nos debruçarmos sobre as “estruturas” que estimulam, oportunizam, permitem ou, no limite, sustentam tais empreendimentos viáticos. Os *hostels*, as redes sociais (com suas “comunidades virtuais”) e os sítios eletrônicos (como *blogs*), que detém sua especificidade ancorada nas narrativas de viagem, são exemplos relevantes de pontos de “paragem” no circuito de fluxos em questão. Isso posto, é escusado dizer que tais *materialidades* também foram substancialmente afetadas pela consolidação da COVID-19, o que resultou em tentativas de reconfiguração de seus modelos de atuação.

Para um amplo número de viajantes, os albergues (*hostels*) apresentam-se como lugares privilegiados de hospedagem porque, em sua maioria, são fundamentados pela ideia de interação. Sem dúvida, soma-se a isto alguma preocupação orçamentária, sendo aqueles menos custosos que hotéis, em sentido geral. Todavia, ao longo das conversas que tive com mochileiros oriundos de diversos países, o *hostel* – via de regra – ocupava uma posição de centralidade em seus trânsitos, justamente, por não apenas permitir, mas principalmente estimular contato: contato entre os viajantes em si; entre viajantes e membros da comunidade local, por exemplo, nas dependências de bares abertos ao grande público e; entre viajantes e funcionários (*staff*), muitos deles também mochileiros experimentando o trabalho nesses espaços de acomodação como possibilidade econômica de retomar seus próprios deslocamentos (MONTEIRO SILVA, 2018).

Assim, à título de ilustração, na lógica dos albergues não se reserva um quarto e sim uma cama. A ideia de reservar um quarto diz respeito ao consumo privado do espaço da dormida, próprio de hotéis ou pousadas. No *hostel*, a unidade básica com a qual se trabalha é a cama; ela é o objeto de consumo primário que se situa, por seu turno, em um ambiente (quarto ou dormitório) que será ocupado por distintos hóspedes. “Fragmentar” o quarto, transformá-lo em dormitório coletivo, portanto, é o princípio que rege a redução das tarifas de pernoite. Quanto mais camas existirem em um dormitório, ou seja, quanto mais “fragmentado” for o espaço, menor será o preço cobrado por cada noite de estadia. Nesse sentido, é que se encontram variações, por vezes, significativas nas tarifas dentro

de um mesmo albergue: elas dependem do número de camas e, igualmente, dos serviços (como banheiros internos) presentes no dormitório.

No entanto, é precisamente essa experiência coletiva de pernoite o que oportuniza e motiva o estabelecimento de um conjunto plural de relações entre os viajantes. Muitas vezes suspendendo uma trajetória “solo”, a vizinhança de camas aparece como possibilidade de fruição de uma parceria que pode ser bastante efêmera (durar o tempo do consumo de algumas cervejas no bar do próprio *hostel*) tanto quanto ganhar contornos mais dilatados: são comuns as narrativas de sujeitos que passaram a partilhar itinerários, mudando planos anteriores, a partir dos engajamentos vivenciados nas ambiências de um dormitório coletivo. Trocas de informações sobre destinos já visitados, alertas de perigos ou riscos em determinadas localidades e sugestões de acréscimos ou reduções em roteiros também são ali objeto de realização.

A decisão de alojar-se em um lugar como um albergue, portanto, não ocorre de forma “acidental”. A experiência do que Aubert-Gamet e Cova (1999) chamaram de “proximidade comunal” é definidora dessa escolha, configurando-se, inclusive, ainda segundo os autores, como um elemento de distinção mobilizado pelos usuários de tal espaço frente àquilo que caracterizaria o que foi denominado de “turismo de massa”. Há, assim, um regime de “co-presença”, de interação “face a face”, que permite, como apontado, intercâmbios de “produtos” diversos: trocam-se informações, mas também se intercambiam ideias e narrativas de aventura, bem como – dentro desta ambiência – afetos, amizades e novas companhias para as próximas etapas de uma viagem podem surgir. Esse regime relacional baseado na co-presença, no entanto, não se centra, apenas, na prática de se partilhar um quarto, o que poderia aparecer como característica mais marcante desses lugares. Outros tantos espaços que compõem a estrutura dos *hostels* (como cozinhas, salões de jogos, salas de TV, bares, quintais e jardins) são igualmente divididos, resultando em uma “proximidade comunal” que desce os beliches e ultrapassa as soleiras das portas dos dormitórios.

Contudo, essa experiência de partilha, atualmente, é posta em xeque pelo alto grau de transmissibilidade da COVID-19. Os protocolos de saúde, em todo o mundo, são configurados por práticas de distanciamento que, muito contundentemente, abalam a possibilidade do “estar junto”. Em alguns discursos, então, os albergues deixam de ser espaços desejados para serem legítimos territórios de evitação. E o que se fazer, diante

do cenário atual, com um sistema de acomodação cuja principal marca são os processos interativos? Essa pergunta ecoou entre diversos proprietários e gerentes de *hostels* que afirmaram haver uma gradação nos efeitos da crise: se a hotelaria experimentava um momento de extremo desafio, a “hostelaria” parecia estar com seus dias contados. Nesse sentido, uma série de reconfigurações foram conduzidas, bem como diversas unidades por todo o país fecharam suas portas.

A primeira e talvez mais dramática, pelo menos em termos financeiros, reconfiguração nos *hostels* foi a redução do número de camas disponíveis nos dormitórios. Seguindo-se a isto, como medida de segurança, os demais espaços coletivos – como cozinhas e bares – foram fechados, bem como se instituiu a suspensão de múltiplas atividades de congregação que compunham muito fortemente o cotidiano dos albergues, tais como churrascos, campeonatos de sinuca, maratonas de filmes, festas temáticas e jogos coletivos. Aqueles que não fecharam, e esse é o caso de alguns dos que residi enquanto fazia trabalho de campo para o doutorado, agregaram outras atividades ao negócio: transformaram-se em acomodação para mensalistas, espaços para *coliving*, converteram suas cozinhas e bares em serviço de *delivery* ou mesmo substituíram seus dormitórios por salas de *coworking*.

Tais modificações precisam ser ainda mais profundamente examinadas, uma vez que não nos endereçam unicamente questões econômicas. Ao contrário, elas desestabilizam um conjunto de relações e de valores (os de contato e interação) que definem um modo de viajar e, para alguns, uma maneira de estar no mundo a partir das experiências de viagem. De acordo com O’regan (2010), sobre os *hostels* também se ergue um imaginário de liberdade, tolerância, cooperação, vivência comunitária etc. que engendra uma performance, que produz o próprio *ser em trânsito*, mesmo não negando a existência de ocasiões plurais em que contradições se inscrevem entre tal imaginário e o regime de práticas e condutas concretas (sociabilidades conflituosas, *hostis*, também tem enorme lugar no fluxo das viagens mochileiras).

Outros exemplos de mudanças no tratamento das circulações, na lida com as disposições viáticas, situaram-se nos ambientes virtuais. Redes sociais, como o citado *Couchsurfing*, além de apresentarem-se como veículos de sociabilidades solidárias (casos aqui destacados), engajaram-se em campanhas de suspensão de viagens, mas preocupando-se em manter o “desejo pela estrada” ainda aceso. Desse modo, no curso

de várias de suas publicações, pode ser observado um chamado para que os usuários partilhassem registros de viagens anteriores: fotos panorâmicas, tematizando paisagens naturais, evocando a importância do “resguardo” e da “quietude” compuseram uma das coleções mais emblemáticas, operando no sentido de estimular a interrupção momentânea dos deslocamentos sem deixar de representar as “belezas do mundo”.

A *Matador.network*, sítio eletrônico conformado por narrativas de viagem que abordam múltiplas temáticas, também se preocupou em publicar artigos contendo reflexões sobre os desafios atuais. Uma série de produções, por exemplo, constitui-se como oferecimento de “conselhos de saúde” e “dicas de atividades” para serem realizadas em ambiente doméstico enquanto não se pode viajar: yoga, culinárias regionais, informações sobre livros e documentários de viagem, figuram como alguns dos exemplos. *Blogs* de viagem, por seu turno, se viram interpelados pela impossibilidade de produzir seus conteúdos específicos e pela conseqüente redução de seus rendimentos, advindos de parcerias com agências de viagens, redes de hospedagem ou seguradoras. Clubes do livro (onde os assinantes ganhavam acesso a edições de literatura de viagens), concurso de contos, cursos de gerenciamento dos próprios *blogs* de viagem e um sem-número de *lives* com analistas de mercado, empreendedores do turismo e viajantes foram algumas das ações também mobilizadas por essas plataformas.

Interessante é perceber que as formas hodiernas de atuação dos sítios eletrônicos e das redes sociais, interessadas no tema dos deslocamentos, acenou para necessidade de se pensar de modo ainda mais íntimo acerca do papel das “viagens imaginativas” (URRY, 2007) no contexto mais ampliado das mobilidades. Os contos, as memórias, as fotos e os filmes publicados ou partilhados nos referidos espaços oportunizaram acessos a outros lugares, impossibilitados de serem visitados fisicamente. Desse modo, pela imaginação, aquilo que P. Theroux (2012) chamou de “a importância de alhures” continuava mantido, “alhures” permanecia um local onde se queria estar. E, por fim, é indicativo já em alguns discursos de mochileiros que a intensificação das “viagens imaginativas” irá repercutir de modo bastante concreto nos deslocamentos físicos, quando estes forem novamente possível, ao assinalarem “novos destinos”, muitos deles ainda *off the beaten track* (WELK, 2004).

É o fim do turismo?

Em notícia publicada ao final do último mês de outubro, a Organização Mundial do Turismo (OMT) divulgou a alarmante constatação de que o corrente ano apresentava uma redução de mais de 700 milhões de chegadas em relação a 2019, implicando um vultoso prejuízo para a atividade de exportação do turismo internacional estimado em mais de US\$ 730 bilhões. A OMT, ainda, disponibilizou dados referentes ao impacto da pandemia nos contextos dos negócios turísticos em todos os continentes, revelando a necessidade de ações coordenadas para a reconstrução do setor, sobretudo, baseadas em princípios de sustentabilidade e responsabilidade⁴.

Esse dramático cenário, contudo, talvez possa ser melhor compreendido na medida do reconhecimento e da mobilização de contribuições investigativas advindas dos campos das Ciências Sociais. Desse modo, para além da utilização única das representações estatísticas e das análises macroeconômicas, parece fundamental o empreendimento de esforços de pesquisa informados também por uma perspectiva daquilo que M. de Certeau (1994) chamou de “rés de chão”. O nível das práticas dos sujeitos protagonistas das viagens, os tensionamentos presentes no cotidiano dos sistemas de hospedagem ou transporte e as inventividades inscritas nos demais espaços de sustentação das mobilidades turísticas (como os *blogs* e outras expressões de redes sociais em âmbito virtual), logo, figuram como matéria privilegiada de exame rumo à construção de uma reflexão mais *encarnada*, com maior *vitalidade*, que saia da obviedade do simples decreto de crise.

Ainda muito inicialmente, reconhecendo a carência de maior aprofundamento em variados pontos, o presente *paper* buscou inscrever-se nesse movimento reflexivo que se ocupa, primordialmente, de uma espécie de “fazer-viagem”, reconhecendo a importância de se pensar o turismo a partir dos movimentos dos próprios viajantes e de seus processos de dotação de sentido no que diz respeito aos deslocamentos que experimentam no atual contexto de pandemia. Em conjunto com a preocupação dirigida às viagens em si, há aqui

⁴Para mais, ver: <https://www.unwto.org/es/news/turismo-internacional-cae-un-70-mientras-las-restricciones-de-viaje-afectan-a-todas-las-regiones>; <https://www.unwto.org/es/news/la-omt-reune-al-sector-turistico-para-planificar-el-futuro> .

também uma tentativa de as posicionar em um circuito de mobilidade mais amplo, sustentado por “atamentos”, “ancoradouros”, como os *hostels*, por exemplo.

Como exposto, a empiria principal desse trabalho são as mobilidades mochileiras, compreendidas como experiências significativamente abaladas pela consolidação da pandemia por serem, sobretudo, discursiva e praticamente informadas por ideias de contato e interação, por uma performance que mobiliza uma multiplicidade de sentidos e não apenas o “olhar” (LARSEN & URRY, 2011). Tais impossibilidades de contato e interação, destarte, aparentam endereçar sérios questionamentos para a manutenção da prática em si, o que se estende às suas formas de hospedagem ou, de modo ainda mais alargado, a todo um segmento de turismo, denominado de *backpacker*. Seriam, então, os empreendimentos mochileiros ainda viáveis? A resposta a esse questionamento talvez só possa ser ensaiada se temas como mudanças no comportamento dos turistas e das comunidades anfitriãs, diante de situações concretas de risco, tornarem-se “objeto” de um olhar mais atento e delicado, o que implica também pensar sobre o turismo enquanto atividade dinâmica, composta por imaginários e representações que incidem diretamente em suas destinações.

E sob uma ótica mais geral, é válido frisar que a COVID-19 trouxe consigo duas vigorosas problematizações no que concerne às mobilidades. A primeira delas diz respeito à trepidação da retórica da “liberdade de circulação” que marcaria o mundo atual. Expressões de mobilidade estão sempre alinhadas com relações assimétricas de poder; “quem pode ser móvel?”, no entanto, parece ser uma pergunta nova dentro do contexto das práticas turísticas (MONTEIRO SILVA, 2016). É o recrudescimento das fronteiras nacionais e a imposição de um regime de circulação, que agora se aplica também aos turistas (e não apenas aos migrantes e refugiados, por exemplo), que exprime a indagação enquanto problema: escusado lembrar que, por nacionalidade, turistas são “barrados” em destinações, ocorrendo um processo de (des)qualificação/hierarquização entre países emissores (pensemos, provocativamente, nas diferenças de aceitação entre um visitante portador de um passaporte brasileiro e um detentor de documento neozelandês).

Por fim, retomando a interlocução com Sheller (2020), é necessário perceber que no curso da exigência de respostas à emergência instaurada, também, se inscrevem possibilidades de mudanças. A referida pesquisadora nos acena com a oportunidade de pensarmos, desde já, um processo de reconstrução do mundo social que passe por um

outro registro da maneira de efetuar as mobilidades: menos poluente, mais ético, responsável e sustentável. E se, de fato, vivenciamos aquilo que Beck (2018) anunciou como a “metamorfose do mundo”, uma experiência radial de transformações bastante extensas – de ordem global, da qual ninguém parece conseguir escapar –, tal chamado deve ser encarado com extrema seriedade, concretizado a partir de ações criativas coletivas. Que lugar o turismo irá ocupar nesse movimento, então, é a dúvida a ser respondida a partir das disputas políticas e de significado mobilizados por diversos atores: população local, empreendedores, representantes governamentais, analistas e turistas. Assim, mesmo que paradoxalmente, subjazendo ao drama, surgiu um espaço de ação ainda em aberto.

Referências bibliográficas

- ALVARES, M. D., & CAMPO, S. The influence of political conflicts on country image and intention to visit: A study of Israel’s image. **Tourism Management**, 40, 70–78, 2014.
- ATELJEVIC, I.; DOORNE, S. Theoretical encounters: a review of backpacker literature. In: RICHARDS, G.; WILSON, J. (Org.). **The global nomad: backpacker travel in theory and practice**. Great Britain: Cromwell Press, 2004.
- AUBERT-GAMET, V.; COVA, B. Servicescapes: from modern non-places to postmodern common places. **Journal of business research**, n. 44, 1999.
- BECK, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CERTEAU, M. de. **Artes de fazer: a invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COHEN, E. Toward a sociology of international tourism. **Social Research**, v. 39, n. 1, p. 164-182, 1972.
- COHEN, E. Backpacking: Diversity and change. **Journal of tourism and cultural change**, v. 1, n. 2, p. 95-110, 2003.
- CRESSWELL, T. **Em movimento: mobilidade no mundo ocidental moderno**. Taylor e Francis, 2006.
- Kock, F., Josiassen, A., & Assaf, A. G. Advancing destination image: The destination content model. **Annals of Tourism Research**, 61, 28–44, 2016.
- LARSEN, J; URRY, J. Gazing and performing. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 29, n. 6, p. 1110-1125, 2011.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Duke University Press, 2019.
- MONTEIRO SILVA, I. **O mundo não é tão grande: uma etnografia entre viajantes ‘independentes’ de longa duração**. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 2018.
- MONTEIRO SILVA, I. Viagens “independentes” de longa duração: política, economia e cultivo da mobilidade. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 6, n. 1, p. 187-202, 2016.

- NOY, C.; COHEN, E. (Ed.). **Israeli backpackers: from tourism to rite of passage**. SUNY Press, 2005.
- O'REGAN, M. Backpacker hostels: place and performance. In: HANNAM, K.; DIEKMANN, A. **Beyond Backpacker tourism: mobilities and experiences**. Great Britain: Cromwell Press, 2010.
- O'REILLY, C. C. De errante a turista de ano sabático: Mainstreaming backpacker travel. **Annals of Tourism Research** , v. 33, n. 4, pág. 998-1017, 2006.
- PEARCE, P. **The backpacker phenomenon: preliminary answers to basic questions**. Townsville: Department of tourism, James Cook University, 1990.
- SHELLER, M. **Algumas reflexões sobre o que vez depois de um choque de mobilidade**. The University of British Columbia, 2020. (Disponível em: <https://las.arts.ubc.ca/mimi-sheller-mobility-justice-climate-migration-and-the-lessons-of-pandemic-immobilities-september-25th-at-4pm-pdt/>).
- SHELLER, M. Mobility, freedom and public space. In: **The ethics of mobilities**. Routledge, 2016. p. 41-54.
- SHELLER, M.; URRY, J. O novo paradigma das mobilidades. **Meio ambiente e planejamento A**, v. 38, n. 2, pág. 207-226, 2006.
- SPEED, Clare et al. Are backpackers ethical tourists?. **Backpacker tourism: Concepts and profiles**, p. 54-81, 2008.
- THEROUX, P. *A arte da viagem*. Lisboa: Quetzal Editores, 2012.
- TSAUR, S.; YEN, C.; CHEN, C. Independent tourist knowledge and skills. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n. 4, p. 1035-1054, 2010.
- URRY, J. *Mobilities*. Oxford: Polity Press, 2007.
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001.
- WELK, P. The beaten track: anti-tourism as an element of backpacker identity construction. In: RICHARDS, Greg; WILSON, Julie (Org.). **The global nomad: backpacker travel in theory and practice**. Great Britain: Cromwell Press, 2004.